MAIs – Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior

Avaliação Externa

Relatório sobre a avaliação de resultados

e sustentabilidade do MAIs

Versão Final

Autoras: Cristina Parente, Natália Azevedo (coords.) e Rita Madeira

Equipa técnica: Cristina Parente, Catarina Figueiredo, Evelize Cristina Moreira, Natália Azevedo e Rita Madeira

Projeto EEAGRANTS OC5-B15: MAIs - Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior

A4 - Medição do impacto da intervenção e sustentabilidade do projeto coordenado pela Escola Superior Agrária do Instituto Politécnico de Viseu.

Financiado por

Operador do programa

Promotor

Parceiros

Porto, 15 de junho 2023

Índice

Introdução 2

1. Sobre o entendimento avaliativo do MAIs 3

2. Metodologia 5

3. Avaliação final de resultados e do processo do projeto MAIs 8

4. Conclusões e Recomendações 13

Referências Bibliográficas 17

Anexos 18

Anexo 1- Grelha de observação exploratória 18

Anexo 2 – Inquérito exploratório às mulheres 20

Anexo 3 – Pareceres de avaliação externa enviados à equipa 21

Anexo 4 - Guião da entrevista coletiva com a equipa do projeto MAIs 24

Anexo 5 – Guião das entrevistas individuais com as coordenadoras do projeto MAIs 26

Anexo 6 – Guião da entrevista coletiva com técnicos e outros atores locais – "Roda do Futuro" 28

Anexo 7 – Dinâmica de eleição de prioridades para recomendações no Seminário Final do projeto MAIs 30

Anexo 8 – Guião da conversa com as mulheres (inicialmente uma oficina participativa) 31

Anexo 9 – Grelha de análise categorial de conteúdo 33

Introdução

O presente relatório versa o processo de avaliação externa do projeto MAIs - Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior, orientado para averiguar o impacto das intervenções e da sustentabilidade do projeto.

Constitui a versão final da avaliação externa do projeto, após entrega e discussão, em sede de reunião com a equipa nuclear do projeto, de uma versão provisória (Parente; Azevedo & Madeira, 2023), para efeitos de co-validação final. O enfoque da versão provisória foi reformulado por solicitação da mesma equipa. Este novo relatório pretende ser uma resposta de caráter menos narrativo e mais propositivo do processo e dos resultados obtidos pelo acionamento das técnicas de recolha e tratamento da informação obtida junto das mulheres, técnicos/as municipais, outros atores locais e equipa do projeto.

Agradecemos a oportunidade de colaborar e acompanhar o projeto MAIs e a garantia dos requisitos para desenvolver as operações de avaliação externa, na expectativa de que a narrativa que se segue contribua para melhorar as condições de sucesso e eficácia da replicação das intervenções, bem como de maior eficiência do processo de investigação-ação participativo. O exercício avaliativo que propomos deve ser entendido como um contributo a ser refletido numa perspetiva de melhoria contínua do processo e dos resultados, na medida em que estes últimos são, entre outras condicionantes, efeito do primeiro.

Após esta breve introdução, o primeiro capítulo apresenta, em traços gerais, o projeto MAIs - seus objetivos, populações-alvo, parceiros, metodologia e fases do projeto - e o entendimento avaliativo que a equipa de avaliação externa sustenta. No capítulo 2, expõe-se a metodologia e o modelo de avaliação externa, refletindo-se sobre a importância de processos avaliativos participados e horizontais que sistematizem o ciclo de aprendizagem individual, coletiva e organizacional desenvolvido para as mulheres, técnicos/as municipais e outros atores locais, mas igualmente para a equipa do projeto. Seguem-se os resultados da avaliação externa e finaliza-se com um conjunto de conclusões e recomendações para o futuro a partir da análise dos resultados e da sustentabilidade do projeto.

1. Sobre o entendimento avaliativo do MAIs

O *MAIs - Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior* é um projeto de investigação e de intervenção dedicado às questões de género e da agricultura familiar, nos territórios de São Pedro do Sul e do Sabugal. A população-alvo deste projeto é constituída pelas mulheres que trabalham na agricultura familiar dos concelhos de São Pedro do Sul e do Sabugal, assim como os técnicos/as e outros atores locais de ambos os concelhos.

O problema para o qual o projeto visa contribuir sustenta-se em sede de candidatura (IPV, 2021) no seguinte: "a literatura nacional e europeia é consensual na afirmação de que a participação das mulheres no crescimento económico é estratégico para os objetivos da EU2020, e que o seu papel nas áreas rurais e na agricultura é de enorme importância". Continua-se afirmando que as mulheres são uma "força motora na manutenção, conservação e desenvolvimento das zonas rurais; preservação de memórias e saberes tradicionais e na garantia de uma alimentação e nutrição saudáveis". Sinaliza-se que "a maioria destas mulheres permanece invisível nas estatísticas da agricultura porque, muitas vezes, elas próprias não se consideram trabalhadoras rurais, não se inscrevem na segurança social e não assumem a propriedade das terras (ficando esse papel atribuído aos homens). Em resultado, estas mulheres conhecem fortes vulnerabilidades, nomeadamente ao nível das desigualdades de género e dependência económica, acentuadas pela sua fraca representatividade nas estruturas associativas locais e nos lugares de decisão". Com este enquadramento, o projeto MAIs "pretende aumentar a participação cívica e associativa das mulheres agricultoras nas regiões do interior, através da sua capacitação, contribuindo para a maior visibilidade do seu papel social e para o aumento da igualdade entre homens e mulheres (em concordância com a Carta das Nações Unidas, Agenda 2030 (5.5. e 5.a) e Declaração Universal de Direitos Humanos)".

Proposto pelo Instituto Politécnico de Viseu (IPV) e financiado em cerca de 248.240 euros através do Mecanismo Financeiro do Espaço Económico Europeu (EEA Grants), o MAIs conta com um conjunto variado de parcerias, que respondem a diferentes áreas de investigação e intervenção do projeto: o IPV e o Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da

Universidade Nova de Lisboa (NOVA FCSH) compõem a equipa nuclear do projeto, a que se associam a OIKOS – Cooperação e Desenvolvimento, a Confederação Nacional da Agricultura (CNA) e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), que em conjunto compõem a equipa de investigação-ação;[1] a Câmara Municipal de São Pedro do Sul, a Câmara Municipal do Sabugal e a Associação da Bio-Região (ABRE) de São Pedro do Sul constituem a parceria local; por fim, a RURALIS – *Institute for Rural and Regional Research* da Noruega é o parceiro internacional.

Ainda de acordo com a candidatura (IPV, 2021), este é um projeto que propõe uma intervenção no sentido da transformação social, ancorado na Teoria da Mudança (TdM) enquanto "metodologia de monitorização, avaliação e aprendizagem". A TdM é um "processo contínuo de análise" que promove a "criação de um ciclo de ação-aprendizagem". Caracteriza-se por um elevado grau de adaptabilidade que tem consequências várias, entre elas aumentar "a eficiência das intervenções, para assegurar que a mudança pretendida é conseguida com sucesso".

O projeto decorreu entre novembro de 2020 e julho de 2023 e o seu arranque fez-se em contexto de crise sanitária e isolamento motivado pela pandemia COVID 19. Está estruturado em cinco atividades: A1 - diagnóstico e levantamento de dados no terreno; A2 - construção de instrumentos de intervenção; A3 - intervenção - implementação dos instrumentos e monitorização *on-going* da sua aplicação; A4 - medição do impacto da intervenção e sustentabilidade do projeto; A5 - disseminação.

A equipa do Instituto de Sociologia da Universidade do Porto (IS-UP) foi responsável pela atividade A4, relatada de medição do impacto da intervenção e sustentabilidade do projeto, em sede de candidatura. Coordenada pelas investigadoras Cristina Parente e Natália Azevedo, contou para além destas com apoio de execução técnica e autoral de Rita Correia Madeira, e com o trabalho operacional de Catarina Duarte Figueiredo e Evelize Cristina Moreira.

O trabalho de avaliação externa procurou responder ao desafio de uma avaliação final e não de uma avaliação de impactos, considerando "que o resultado de um projeto de desenvolvimento necessita de três a cinco anos para se poder averiguar os reais impactos" (Guerra, 2006, p. 197). A impossibilidade de avaliar impactos impôs-se pela

[1] Categorização da equipa de avaliação externa.

duração da execução do projeto que prevê um término, sem antever um espaço de tempo suficientemente longo para permitir trabalhar os efeitos a médio e longo prazo. A proposta de avaliação externa, discutida e aprovada pela equipa nuclear do projeto, foi reformulada para se avaliar os resultados do projeto imediatamente após o término das atividades, em registo de avaliação final. Procurou-se avaliar os resultados do projeto para mulheres e técnicos/as municipais/outros atores locais, incidindo a atenção nas atitudes e nos sentidos atribuídos após a intervenção, de forma a aferir-se i) o que mudou nas mulheres e ii) que resultados foram alcançados. A partir desta análise, e da análise do curso do projeto, no seu desenho e execução, elaborou-se um conjunto de recomendações futuras para a replicação deste tipo de projetos, em condições de sustentabilidade, para as mulheres e para técnicos/as municipais e outros atores locais, bem como para outras possíveis equipas promotoras da mesma tipologia de projetos, tendo em conta duas questões:

i) como melhorar a operacionalização do projeto MAIs, para que passe do estádio de projeto piloto exploratório para o estádio de projeto com maturidade e maior capacidade de resposta quer aos problemas, quer às incertezas e imprevistos? Isto é, como contribuir para criar uma plataforma de ação que integre um maior controlo sobre os obstáculos e limitações e reúna condições favoráveis, benéficas e vantajosas para a concretização dos seus objetivos?

ii) como se pode escalar esta intervenção de modo a criar continuidade e sustentabilidade das ações promovidas?

Para responder a estes objetivos recorremos à proposta teórica da espiral da inovação social (European Comission, 2013) e desenvolvemos uma abordagem metodológica de caráter qualitativo, adequadas à investigação na e pela ação (Esteves, 1986). Deste modo, a execução da avaliação foi a cada momento coordenada e ajustada às especificidades do curso do projeto e dos seus públicos-alvo e esteve subordinada às diretivas da equipa de investigação-ação.

2. Metodologia

O entendimento epistemológico da equipa de avaliação externa é que o projeto MAIs se configura como um projeto de investigação-ação, na linha da investigação na e

pela ação, também designada investigação-ação participativa (Esteves, 1986). Neste quadro, dois princípios fundamentais estruturam o desenho operacional destes projetos: i) são *processos complexos*, pois integram objetivos de investigação (produzir conhecimentos sobre), de inovação (introduzir transformações e solucionar problemas identificados) e de formação de competências (desenvolver uma aprendizagem social participada); ii) são *processos coletivos*, que envolvem nas suas fases e nas suas atividades um sujeito ativo coletivo (equipas técnicas e públicos-alvo) (Esteves, 1986), envolvidos mais ou menos afetivamente com os seus desígnios. Nesse sentido, e de acordo com Guerra (2006), tais projetos integram as fases que estão presentes no MAIs: identificação dos problemas e diagnóstico, definição dos objetivos, definição das estratégias, programação das atividades, preparação do plano de acompanhamento e avaliação e publicitação dos resultados do projeto.

Entendemos ainda, como referimos, o projeto MAIs como um projeto piloto exploratório, enquadrando-o na proposta teórica da espiral da inovação social de criação da ideia à sua escalabilidade (European Comission, 2013). A sua análise foi realizada a partir de uma abordagem metodológica de caráter qualitativo e participativo ajustada à investigação na e pela ação (Esteves, 1986). Considerou-se relevante que os membros dos diferentes grupos envolvidos (mulheres, técnicos/as municipais e outros atores locais), bem como a equipa do projeto (com exceção da Ruralis e da ABRE), tivessem um papel ativo na avaliação do projeto, identificando os problemas e as causas do sucesso e insucesso do curso do mesmo; definindo meios para os solucionar; e avaliando quer as ações executadas, quer os resultados esperados. Trabalharam-se, assim, as perceções e experiências dos vários atores sociais.

Deste modo, a avaliação qualitativa participativa foi realizada com a equipa do projeto, bem como "com e para" mulheres e técnicos/as municipais e outros atores locais, sem hierarquias, adaptando todo o processo às situações do momento, às necessidades e barreiras de participação das mulheres (como a linguagem, o transporte e o acesso a atividades) associadas a papéis de género (Gervais & Rivard, 2013), pelo que se recorreu a técnicas de recolha diferenciadas de acordo com os contextos. O modelo de avaliação foi adaptado a cada momento de acordo com contingências diversas. Primeiro, reformulado em particular na sua interação com a atividade da equipa de avaliação interna; depois, reaferido de acordo com as particularidades das

atividades do projeto, tendo em conta as exigências da atividade avaliativa, o orçamento disponível e a satisfação das solicitações da equipa nuclear do projeto.

Sistematizado na Tabela 1, o modelo conta com quatro momentos:

Tabela 1 – Modelo de Avaliação Externa

Momento/Fase
Momentos exploratórios Observação de contextos de intervenção com as mulheres: presença na feira ENERTECH no Sabugal (contacto com as mulheres agricultoras e apresentação do *SmartFarmer* pela OIKOS); observação da atividade do mapa das sociodiversidades em São Pedro do Sul - contacto com mulheres agricultoras e artesãs; teste à grelha de observação (anexo 1); teste ao inquérito por questionário (anexo 2). Output: Plano de avaliação
Momentos de acompanhamento Participação e observação direta nas reuniões da equipa. Análise documental (candidatura, relatórios, entre outras informações produzidas) e registos de reuniões. Análise do trabalho a ser desenvolvido pela equipa de avaliação interna. Output: Reaferição e adaptação do plano de avaliação
Momentos de aconselhamento Sugestões à equipa de avaliação interna a partir de documentos ou reuniões de equipas. Output: Pareceres à equipa de avaliação interna
Momentos de Avaliação Final (processo e resultados) 1 entrevista coletiva com a equipa do projeto MAIs (anexo 4); 2 entrevistas individuais com as coordenadoras do projeto MAIs (anexo 5); Entrevistas a atores locais do Sabugal e S. Pedro do Sul (aplicação conjunta com a equipa de investigação-ação); 1 entrevista coletiva com técnicos e outros atores locais - "Roda do Futuro" - que frequentaram o "Workshop sobre Igualdade de Género na Agricultura" (anexo 6); Dinâmica de eleição de prioridades para recomendações no Seminário Final do projeto (anexo 7); 2 conversas informais com as mulheres dos dois concelhos; conversas telefónicas com mulheres do Sabugal Outputs: Relatórios de avaliação final (versão provisória e versão final) e contributos para o Guia para a Igualdade de Género na Agricultura.

Todas as pessoas que participaram neste processo avaliativo deram o seu consentimento informado. Foi-lhes igualmente garantida a confidencialidade dos dados.

Os dados recolhidos foram analisados com o recurso a uma grelha de análise de conteúdo categorial (anexo 9). As categorias de análise foram organizadas mediante as atividades do projeto em sede de candidatura e tendo em conta os seguintes critérios de avaliação (Guerra, 2006): coerência interna (o projeto é coerente face aos objetivos a atingir?); coerência externa (o projeto é justificável no contexto em questão? tem mais-valias?); pertinência; eficiência (os recursos foram utilizados de forma racional? o processo foi desenvolvido de acordo com pressupostos e requisitos acordados?); eficácia (os objetivos foram atingidos?); equidade (distribuição dos recursos); resultados (transformações derivadas da intervenção em termos de impacte organizacional e de empoderamento*).* Os critérios *eficácia* e *resultados* contemplaram os indicadores previstos na candidatura do MAIs (IPV, 2021) para a avaliação da A4: grau de satisfação com a intervenção/capacitação técnica, pessoal, organizacional, por região e grupo etário; grau de motivação para a participação cívica por região e grupo etário; número de mulheres associadas em coletivos por região e grupo etário; perceção do valor do seu trabalho/papel social por região e grupo etário.

Associámos, de igual modo, ao processo de interpretação dos dados recolhidos, uma análise SWOT, entendida como procedimento analítico auxiliar quer na elaboração de diagnósticos, quer na análise organizacional ou elaboração de planos (Schiefer et al., 2006). No caso, e aplicada ao projeto MAIs, esta técnica permite-nos sinalizar pontos fortes (*strengths*), pontos fracos (*weaknesses*), oportunidades (*opportunities*) e ameaças (*threats*), perspectivando-os em relação e nos respetivos contextos territoriais, organizacionais e sociais, com o objetivo de sugerir uma matriz de recomendações que valoriza as virtualidades da intervenção e identifique as mudanças necessárias, como solicitado pela equipa nuclear do projeto.

3. Avaliação final de resultados e do processo do projeto MAIs

Para efeitos da avaliação final de resultados, os momentos de recolha de dados foram diferenciados conforme o público-alvo das técnicas de recolha de informação utilizadas. A Tabela 2 reúne uma breve caracterização sociodemográfica de todos/as participantes no processo avaliativo, por técnica de recolha de informação usada.

Tabela 2 – Participantes nos vários momentos de avaliação de resultados

Técnica de recolha de informação/atores/ data	Número de participantes	Caracterização sociodemográfica
Entrevista coletiva com a equipa do projeto MAIs (1/02/23)	7	Idades compreendidas entre os 24 e os 53 anos; 76,7% do sexo feminino; todos com formação universitária; representantes de 7 entidades parceiras diferentes; a maioria (57,1%) afirma estar mais familiarizado com o tema da agricultura familiar e ruralidade.
Entrevistas individuais com as coordenadoras do projeto MAIs (1/02/23)	2	Idades: 51 e 55 anos; ambas do sexo feminino e com doutoramento; representantes de duas entidades parceiras diferentes, com interesses temáticos também eles diferentes.
Entrevistas a atores locais	3 em São Pedro do Sul	Representantes da ADRL e da ACDR, dos quais dois homens.[2]
	2 no Sabugal	Representantes da ADES e da ACRIS, sendo um homem e uma mulher.[3]
Entrevista coletiva com técnicos e outros atores locais – "Roda do Futuro" (4/04/23)	4	Idades compreendidas entre os 29 e os 58 anos; todas do sexo feminino; todas com formação universitária; localidades e entidades diferentes (três da região Centro e uma da região Norte).
Dinâmica de eleição de prioridades para recomendações (21/04/23)	Participantes do Seminário Final do projeto	-
Conversas informais com as mulheres (10 e 11/05/23)	8 em S. Pedro do Sul	Idades compreendidas entre os 61 e os 77 anos; duas domésticas, uma viticultora, uma desempregada (que no momento, concebe, confeciona e vende produtos alimentares doces), duas agricultoras e duas reformadas; escolaridade entre o 4º e o 12º ano.
	6 no Sabugal Mais 2 conversas telefónicas	Idades compreendidas entre os 73 e 79 anos; todas reformadas; escolaridade entre o 4º e o 9º ano. No caso das chamadas telefónicas, as produtoras de animais tinham 46 e 49 anos.

As informações recolhidas foram analisadas e encontram-se sistematizadas na Tabela 3, em que se recorreu à matriz interpretativa e expositiva da análise SWOT, não sem antes abordar os resultados por indicador previsto em candidatura.

[2] Associação de Desenvolvimento Rural de Lafões (ADRL) em Vouzela e Associação Cultural e Desportiva de Rompecilha (ACDR).

[3] Associação Empresarial do Sabugal (ADES) e Associação de Criadores de Ruminantes e Produtores Florestais do Concelho do Sabugal (ACRIS).

Tabela 3 – Resultados da avaliação externa do projeto MAIs

Resultados por indicador previsto na candidatura do projeto (IPV, 2021)	
Grau de satisfação com a intervenção/capacitação técnica, pessoal, organizacional, por região e grupo etário	Mulheres dos dois concelhos satisfeitas com a intervenção pessoal (dimensão relacional valorizada, em particular em São Pedro do Sul). Em São Pedro do Sul, acresce a satisfação com a capacitação técnica (aprendizagens) e organizacional (dinamismo das associações já existentes). No Sabugal estas questões não se constatam.
Grau de motivação para a participação cívica por região e grupo etário	Em São Pedro do Sul há vontade, por parte do grupo de mulheres, em continuar a desenvolver ações em conjunto, ainda que não revelem autonomia suficiente para o fazer, nomeando o município como responsável. No Sabugal, as necessidades parecem satisfeitas com o grupo da universidade sénior, mencionando vontade de fazer mais viagens e passeios; no caso das agricultoras (com idades menos avançadas), as mesmas aparentam ter pouca vontade e disponibilidade para a participação cívica e coletiva.
Número de mulheres associadas em coletivos por região e grupo etário	Em São Pedro do Sul as mulheres já faziam parte de duas associações. Não se sinalizam alterações no número de mulheres associadas em coletivos nos dois territórios, nem a criação de novos coletivos. Alavancaram-se relações com outras associações de outros concelhos próximos
Perceção do valor do seu trabalho/papel social por região e grupo etário	Em São Pedro do Sul há indicadores claros de empoderamento discursivo das mulheres no sentido da valorização do seu trabalho e papel social, bem como no sentido da consciencialização das desigualdades de género. No Sabugal não se observa este processo (talvez por se tratar de um grupo já empoderado e ativo na universidade sénior, que, na sua maioria, considera que o projeto não abordou questões relacionadas com a igualdade de género, nem com a agricultura, nem participação política e cívica).
Forças/sucessos/êxitos do projeto	
Resultados atingidos com as mulheres	1. Incremento das redes de relações e criação de capital social relacional e de confiança. 2. Combate à tendência feminina para o isolamento e dedicação a atividades de manutenção da vida doméstica e do cuidar – o trabalho reprodutivo. 3. Empoderamento e capacitação individual e grupal, em particular em São Pedro do Sul, nos domínios da consciencialização da igualdade de género e do valor social e económico do trabalho produtivo e reprodutivo. 4. Reconhecimento da importância individual e social das mulheres e dos seus papéis e funções, quer entre as mulheres (São Pedro do Sul), quer entre os poderes públicos de ambos os municípios. 5. Alavancagem territorial a outros grupos de pares ativos e dinâmicos (ex. Geradora e AMA de Castelões) e visitas a projetos demonstrativos (ex. Suarda em Montemor-o-Novo) em contexto atual de lideranças jovens e servidoras.

	6. Abertura para atividades de lazer alternativas às atuais baseadas na sororidade feminina, entretanto criada em São Pedro do Sul (ex: grupo de teatro).
Processo de intervenção	7. Conceção de projeto coerente com as características de regiões com fraca densidade populacional, com as suas atividades de cariz rural (horticultura, criação de ovinos e bovinos, e artesanato) e com populações envelhecidas, onde o papel da mulher é mais entendido como papel reprodutivo e não papel produtivo. 8. Processo inovador de articulação temática (igualdade de género, agricultura familiar e participação cívica e política) e pertinente, adequada aos territórios (zonas rurais e desertificadas, com populações envelhecidas e com atividades invisibilizadas). 9. Metodologia na e para a ação adequada à teoria da mudança: - Diagnóstico aprofundado, com metodologias participativas e com adaptação das técnicas ao longo da fase de diagnóstico; - Roteiros de intervenção adaptados aos objetivos, às necessidades detetadas, aos recursos disponíveis e às características das subequipas do projeto; - Práticas de adaptação constante: ações propostas substituídas por outras tidas como mais adequadas, introdução de novas ações; respeito pelos ritmos e vontades das mulheres. 10. Sistematização administrativa das atividades em documentos partilhados e comunicação interna via *WhatsApp* eficazes. 11. Dinâmica de trabalho em equipa positiva, com capacidade de diálogo interdisciplinar e de adaptação aos próprios obstáculos que vão surgindo em projetos de tempo longo. 12. Dinâmica de reuniões à distância facilitadora da participação dos diferentes membros e parceiros do projeto. Anulou o investimento em tempo e recursos de deslocações no território. 13. Parcerias locais, internacionais e setoriais diversas e relevantes: - Potencialização de saberes acumulados anteriores e com proximidades individuais e organizacionais aos territórios; - Técnicos/as das equipas municipais formados/as com abordagem iniciática (no Sabugal) ou aprofundada (em São Pedo do Sul) para os temas em si e seu cruzamento temático, com aprendizagens várias, nomeadamente decorrentes da parceria internacional.
Fraquezas/limitações/ insucessos/obstáculos do projeto	
Resultados atingidos com as mulheres	1. Dificuldade em mobilizar pessoas regularmente: descoincidência entre tempos do projeto e da equipa e tempos de vida, de trabalho e de mobilidade das mulheres. 2. Contacto com grupos já mobilizados e empoderados (em São Pedro do Sul, as mulheres artesãs do linho e da lã das aldeias de Rompecilha e Covelinhas respetivamente) vs. criação de novos coletivos, resultado proposto para o projeto. 3. Desfasamento relativo na seleção dos públicos-alvo (ex. mulheres da universidade sénior no Sabugal).

	4. Ausência de consequências diretas de certas ações (por exemplo, recolha de preços nos mercados) para o público-alvo (mulheres) e ausência de efeitos diretos da parceria internacional junto das mesmas. 5. Incerteza quanto às garantias de sustentabilidade futura e continuidade dos resultados do projeto: não se criaram dinâmicas de autonomização dos grupos de mulheres.
Processo de intervenção	6. Indisponibilidade de recursos humanos e financeiros para deslocações e estadias no terreno e para os ajustamentos e alterações de cronograma das atividades, decorrentes da teoria da mudança. 7. Desequilíbrio entre tempo de investigação e tempo de intervenção. 8. Fraca divulgação e escala na disseminação e comunicação externa do projeto, ao nível local. 9. Fraco (re)conhecimento do projeto nos territórios, decorrente da falta de tempo da equipa em geral e ausência de recursos humanos especializados na área. 10. Dificuldades de interação decorrentes do trabalho sempre à distância no âmbito da equipa de investigação-ação, consequência do arranque em contexto pandémico que perdurou até ao fim do projeto e se reflectiu num relativo fechamento em subequipas responsáveis pelos roteiros de intervenção. 11. Ausência a reuniões por parte de alguns membros do projeto e das associações parcerias.
Futuro do projeto: oportunidades e ameaças/desafios	
Oportunidades	1. Interesse das mulheres (em particular, de São Pedro do Sul), da equipa de investigação-ação, técnicos/as e outros atores locais em dar continuidade às temáticas e às atividades do projeto. 2. Enquadramento político favorável a nível europeu e nacional. 3. Existência de um conhecimento acumulado e aprendizagens várias, útil para intervenções futuras da tipologia do projeto MAIs. 4. Envolvimento de associações já existentes e de grupos/coletivos que, entretanto, se foram associando às atividades (AMA Castelões, Geradora…) e sua potencialização com a constituição de uma rede de coletivos que experimentam realidades idênticas. 5. Existência de relações e intercâmbios com entidades internacionais, que permitem contacto com outras realidades e aprendizagens, sobretudo por parte das equipas municipais. 6. Centralidade e importância dos temas tratados no futuro; existência de vários outros temas próximos que podem e necessitam de ser trabalhados a partir das populações rurais e que emergem nas dinâmicas grupais (ex. cuidados de saúde e sociais dignos; profissão de agricultor/a e de empresária). 7. Virtualidades das metodologias participativas e consciencialização das suas dificuldades. 8. Sistematização de práticas para futuro nos domínios temático e potenciação da curva de aprendizagem num processo de partilha de boas práticas (guia). 9. Realização de um trabalho sobre dignificação de identidades profissionais agrícolas para jovens do território.

	10. Financiamento das atividades rurais e artesanais que sirvam de observatórios vivos. 11. Memória coletiva preservada (ex. exposição de fotografia; certificação bracejo).
Ameaças/desafios	1. Envelhecimento das populações, desertificação crescente dos territórios rurais, isolamento físico e social, difícil mobilidade geográfica (com maior acento no concelho do Sabugal). 2. Incapacidade de atração de jovens para os territórios do interior e para a agricultura. 3. Resistências à mudança por parte dos grupos de agricultores/as e dificuldade de envolvimento das populações-alvo (mulheres, entidades e órgãos do poder local, setor público e privado). 4. Valores individualistas. 5. Culturas de informalidade e invisibilidade. 6. Investimentos de tempo, recursos humanos e financeiros exigidos pelas metodologias participativas, o que nem sempre se coaduna com os programas de financiamento disponíveis. 7. Práticas da co-construção que exigem disponibilidade das pessoas em regiões deprimidas, com baixas remunerações médias. 8. Média e longa-duração dos projetos: necessidade de projetos com equipas permanentes no terreno (um/a técnico/a) que garantam o acompanhamento que permita criar autonomia dos grupos-alvo. 9. Dificuldades de deslocação das equipas e das próprias populações-alvo.

Fonte: grupos focais, entrevistas, conversas e análise documental

4. Conclusões e Recomendações

De modo geral, podemos concluir que do MAIs prevaleceu uma dimensão relacional e afetiva, entendida como um primeiro passo no processo de empoderamento das mulheres. Estabeleceram-se relações e redes, houve momentos de partilha, de lazer e de comunhão. Conseguiu-se a preservação de memórias e saberes, bem como a (auto e hetero) valorização do papel social das mulheres em contexto rural e outras aprendizagens técnicas (especialmente em São Pedro do Sul). No que diz respeito aos técnicos/as e outros atores locais, bem como à própria equipa de investigação-ação, destacam-se aprendizagens várias, pessoais e organizacionais, e uma crescente valorização das temáticas da igualdade de género e agricultura familiar.

Apesar da criação/aprofundamento dessas relações e redes, e de acordo com os dados recolhidos no processo de avaliação externa, não há garantias de sustentabilidade futura e continuidade dos resultados do projeto, uma vez que as mulheres participantes não se mantiveram presentes desde as fases iniciais do projeto e em todas as atividades

de intervenção. Também parece ter faltado alguma dinâmica de autonomização dos grupos, sem o apoio da equipa do MAIs, no sentido de possibilitar a continuação do processo de empoderamento (que foi começado pelo projeto). Para alcançar estes objetivos, com o recurso à TdM e às técnicas participativas (adequadas aos contextos de atuação), exige-se i) uma presença mais regular e próxima por parte de uma pessoa da equipa de investigação-ação nos territórios, no sentido da capacitação e emancipação futura dos grupos; ii) uma maior disponibilidade das mulheres e iii) uma previsão de recompensas pela sua participação (ex. serviços técnicos; pagamento de um dia de trabalho, da confeção de um almoço, de uma formação informal artesã em caso de ou de organização de atividades de receção de parceiros). Este público-alvo e estas metodologias podem requerer mais esforços em termos de recursos humanos e financeiros. De facto, desenvolver "uma teoria de Mudança não é uma solução rápida; é antes um processo de longo prazo de mudança que requer investimentos substanciais em termos de tempo dos recursos humanos e empenho" (O'Flynn, 2012, p. 1, trad. livre). O objetivo que nos parece menos conseguido é o reforço da participação pública destas mulheres e a sua capacidade de organização informal ou formal (associativa). A própria aposta decorrente da votação de prioridades de intervenção parece ser unânime neste sentido. É esta a dimensão mais deficitária dos resultados do projeto MAIs. Estes resultados vão no sentido dos dados recolhidos (nomeadamente, nas conversas com as mulheres) e apontam para lacunas estruturais em termos de associativismo e coletivismo, tema a priorizar em futuras ações a desenvolver, se se confirmar a sua pertinência em sede de diagnóstico.

Outras recomendações decorrentes da análise das forças e fraquezas do projeto MAIs podem ser encontradas na Tabela 4.

Tabela 4 – Recomendações a partir do projeto MAIs

1. Aprofundar e fortalecer a criação de capital social e redes de amizade, partilha e autoajuda/autoconfiança, de modo a solidificar empatia e confiança, alavancar o desejo de criar coletivos (grupos informais e/ou associações, …) e criar assim uma potencial apetência para a participação cívica e associativa das mulheres agricultoras e combater a cultura individualista.
2. Dinamizar atividades que envolvam auto-organização e autogestão das mulheres, de acordo com as suas potencialidades e capacidades, assumindo a equipa de investigação-ação um papel de facilitador da atividade (e não de condutor e líder da atividade) de forma a responder ao objetivo de intensificação da intervenção cívica e política (ex. de atividades que poderão ter potencial para a autogestão das mulheres: grupo de teatro e organização de itinerário turístico em São Pedro do Sul; ida a lares com grupo de teatro e acolhimento de voluntariado jovem no Sabugal; ida a escolas com o ciclo da lã e do linho em São Pedro do Sul).
3. Alargar as atividades a outros coletivos do território, com participação dos públicos-alvo e dos técnicos/as locais, públicos e privados, de modo a garantir efeito de rede e de escala; promover intercâmbios e manter as visitas a outras regiões com problemáticas territoriais semelhantes; assegurar, no âmbito das atividades, condições para a mobilidade territorial dos públicos-alvo (ex. transporte coletivo), de modo a garantir a motivação e participação e contrariar os efeitos de escala do isolamento físico e social das populações.
4. Garantir a mobilização dos públicos-alvo previstos e de outros mais próximos das temáticas em análise (ex. homens e membros da família, idosos e jovens do território), sem descurar a coerência dos indicadores de seleção dos públicos-alvo de acordo com os objetivos e atividades previstos. Desenhar um projeto que integre, também, outras atividades com ambos os membros do casal.
5. Alargar as atividades de lazer~~,~~ para além das tradicionais do território, tirando as mulheres da casa e do cuidado; desenvolver ações socioculturais (ex. grupos de teatro e cursos de tecelagem e de primeiros socorros no Sabugal) e de apoio aos grupos informais e associativismo (apoio à elaboração de projetos, à criação e gestão de grupos informais e associações).
6. Desenvolver outras ações com enfoque nas memórias, nos saberes tradicionais orais e histórias das populações mais idosas (por exemplo, envolver os lares de idosos para a recolha de memórias – histórias, cantares e saberes e das mulheres rurais (ex: cancioneiro, receitas de culinária, receitas de remédios caseiros, práticas culturais…); manter e recuperar tradições comunitárias (por exemplo, as ajudadas entre vizinhos).
7. Implementar ações de valorização económica de produtos tradicionais com apoio municipal e setorial (ex: produção das quinas integrada em escolas de hotelaria da região; associação de designers ou de escolas de design da região às produtoras da lã e linho).
8. Nas iniciativas de educação não-formal, melhorar as técnicas de co-construção de conhecimento, com pedagogias do concreto mais adequadas à transferibilidade e interiorização de descoberta sobre e para o *self* para assegurar a consciencialização e empoderamento.
9. Criar escolas territoriais para jovens com menor apetência para vertentes de ensino generalista e favorecer a atração de jovens para meios rurais, envolvendo-os neste tipo de projetos, o que passa pela dignificação da agricultura enquanto setor de atividade e profissão.

10. Manter a realização de diagnósticos qualitativos e quantitativos aprofundados, adaptando-os às especificidades locais. Realizar um protocolo com o INE para acesso a dados discriminados por local (freguesia/vila/aldeia).
11. Prever um maior número de horas para a intervenção e uma intervenção mais duradoura no terreno, de modo a implementar-se uma lógica de co-construção mais efetiva e autonomizadora.
12. Considerar a atividade de disseminação e envolvimento dos atores do território como atividade autónoma do projeto com recursos humanos e orçamento próprio, de modo a criar os efeitos multiplicadores pretendidos.
13. Manter as escolhas de parceiros que capitalizam conhecimentos e inserções no terreno e potenciam curvas de aprendizagem.
14. Melhorar o desempenho das parcerias (internacional, local e sectorial), desencadeando ações de envolvimento responsável e monitorização capazes de garantir que cada parceiro assuma o papel a que se comprometeu de forma rigorosa e justa.
15. Intensificar o trabalho de atração e envolvimento e formação de técnicos/as locais e de outros concelhos nas proximidades.

Fonte: grupos focais, entrevistas, conversas e análise documental

Referências Bibliográficas

Esteves, A. J. (1986). A investigação-acção. In Silva, A. S. & Pinto, J. M. (orgs.). *Metodologia das ciências sociais*. (1.ª ed., pp 251-278). Afrontamento.

European Comission (2013). *Guide to Social Innovation*. Luxembourg: Publications Office of the European Union.

Ferreira, V. & Almeida, H. N. (2016). *Kit de ferramentas para diagnósticos participativos.* CES – Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Gervais, M. & Rivard, L. (2013). "SMART" Photovoice agricultural consultation: increasing Rwandan women farmers' active participation in development. *Development in Practice*. 23: 4, 496-510.

Guerra, I. C. (2006). *Fundamentos e processos de uma sociologia de acção. O planeamento em ciências sociais* (2ª ed. rev.). Principia, Publicações Universitárias e Científicas.

IPV (2021). Descrição do projeto e das atividades. In *MAIs - Mulheres Agricultoras em Territórios do Interior*. Projeto de candidatura ao programa EEA Grants.

O'Flynn, M. (2012). Theory of Change: what's it all about?. *The Newsletter of INTRAC,* 51, 1-2.

Parente, C.; Azevedo, N. Madeira & R. (2023). *Avaliação Externa. Relatório sobre a avaliação de resultados e sustentabilidade do MAIs - versão provisória*. Instituto de Sociologia da UP.

Pereira, J. R. (2017). *Diagnóstico Participativo – O método DRPE*. Perito Editora.

Publicações Universitárias e Científicas.

Schiefer U., Bal-Dobel, L., Batista, A., Dobel, R., Nogueira, J. & Teixeira, P. (2006). *MAPA - Manual de planeamento e avaliação de projectos* (1.ª ed.). Cascais: Principia,

Anexos

Anexo 1- Grelha de observação exploratória

Identificação da situação de observação
Número do registo de observação
Designação da atividade
Data
Local/Espaço da atividade e concelho
Hora de início da observação
Hora de fim da observação

Categorias	**Subcategorias**
Espaço	Caracterização geral (descrição do espaço e meio envolvente)
	Acessibilidade ao espaço (transportes)
	Uso do espaço e outros recursos materiais (que recursos são utilizados e como, como estão os recursos e as pessoas distribuídas, como é que o espaço é usado)
Atores sociais	Número de membros da equipa de avaliação
	Número de membros da equipa/formadores
	Número de participantes (mulheres)
	Características sociodemográficas da equipa/formadores (sexo, idade…)

	Características sociodemográficas das participantes (idade, estado civil…)
	Modos de apresentação de si (roupa, acessórios)
	Formas de comunicação predominantes (expressão verbal e não verbal)
Atividades	Como começa a ação (de onde chegam as mulheres e como chegam - emoções e disposições à chegada, como é que a equipa começa as atividades, qual a disponibilidade e envolvimento inicial das mulheres)
	Como se desenrola a ação (atividades desenvolvidas e objetivos das mesmas, envolvimento das mulheres - nº de participantes ativas, envolvimento da equipa, facilidades e constrangimentos, recursos utilizados)
	Como termina a ação (o que mudou na postura das mulheres, para onde vão e como vão - emoções e disposições à saída, como é que a equipa termina a sessão, planos futuros)
Interações sociais	Entre as mulheres participantes
	Entre a equipa/formadores
	Entre a equipa/formadores e as mulheres participantes
	Entre a equipa de avaliação e as mulheres participantes
	Entre a equipa/formadores e a equipa de avaliação

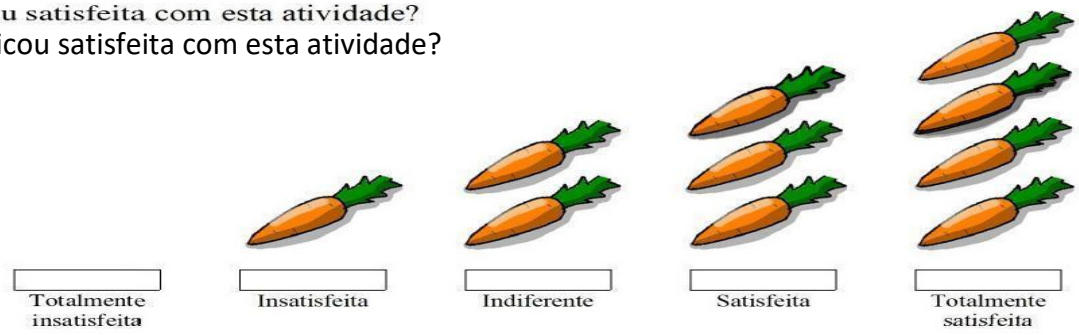
Notas analíticas e metodológicas
Observações complementares
Principais conclusões da observação

Anexo 2 – Inquérito exploratório às mulheres

Data de nascimento:_____

Local de Residência: _____

ou satisfeita com esta atividade?
Ficou satisfeita com esta atividade?



Qual foi o melhor momento? Porquê?

_____

_____

O que não gostei ou gostaria que tivesse sido diferente? Porquê?

_____

_____

Hoje aprendi …

_____

_____

Sinto que estou mais capaz de …

_____

_____

Na próxima quero aprender mais sobre …

_____

_____

Hoje fiquei triste/descontente/frustrada com _____

mas senti-me feliz/realizada com _____

Anexo 3 – Pareceres de avaliação externa enviados à equipa

Primeiro parecer:

O primeiro parecer da equipa de avaliação externa à equipa de avaliação interna foi enviado, por correio eletrónico, a 9 de maio de 2022, após reunião solicitada pela equipa coordenadora do MAIs a 6 de maio, com o propósito de clarificar atividades, diferenciando as funções e responsabilidades entre as equipas de avaliação interna e externa, maximizando contributos e poupando esforços.

As propostas realizadas pela equipa de avaliação externa tiveram por base a análise documental de toda a informação fornecida e experiência de terreno exploratória da equipa de avaliação externa em dois momentos, a saber:

i) Feira Enertech – no Sabugal, entre 11 e 13 de novembro de 2021;

ii) Atividade "Mapa das Sociodiversidades" (2ª sessão) – em S. Pedro do Sul, a 11 de março de 2022.

Email enviado:

"Bom dia,

No seguimento da nossa reunião na passada sexta-feira, 06/05, agradecemos, mais uma vez, a disponibilidade de tod@s.

Tal como combinado, e para sistematizar o que consensualizámos na reunião, partilhamos o seguinte:

1. A equipa de avaliação interna irá aplicar um inquérito de autoavalição aos parceiros em dois momentos, para o qual sugerimos a introdução de algumas questões sociodemográficas (género, idade, escolaridade, formação, profissão, região);
2. A equipa de avaliação interna irá reformular os inquéritos a aplicar às mulheres agricultoras para serem de fácil interpretação e aplicados em todas as atividades, para o qual sugerimos o maior desenvolvimento das questões relacionadas com as competências adquiridas com as atividades;
3. No sentido dos pontos 1 e 2, e tal como combinado, anexamos os inquéritos que construímos e que, a título exploratório e acompanhado de observação e conversas orais, aplicámos numa atividade (11 de março de 2022, São Pedro do Sul).
4. A equipa de avaliação externa do IS–UP fará a avaliação externa na vertente de avaliação final (de resultados) dos dados recolhidos, durante o processo, pela equipa de avaliação interna. Acrescentamos que, neste contexto, faremos o nosso trabalho de campo durante o mês de outubro, e para o qual solicitamos desde já a colaboração de todos os membros da equipa do projeto/parceiros.

5. Pedimos ainda que, para efeitos de avaliação final, para além dos documentos/relatórios e dados brutos produzidos pela equipa de avaliação interna, nos seja facilitado - ao longo do processo - o acesso à lista nominal das mulheres agricultoras que foram convocadas e que participaram, dos membros do projeto e dos parceiros/mediadores envolvidos em cada ação de intervenção com os contacto de e-mail e telefónicos; assim como o número total de atores envolvidos (e a sua pertença institucional nos casos em que seja pertinente)

Estamos disponíveis para qualquer questão adicional ou de clarificação.

Com os melhores cumprimentos,

Equipa de Avaliação Externa MAIs"

Neste enquadramento, foram enviados à equipa de avaliação interna os inquéritos por questionário (apresentados em seguida) construídos pela equipa de avaliação externa e aplicados na ida exploratória ao terreno – que ocorreu a 11 de março de 2022, em São Pedro do Sul, na atividade "Mapa da Sociodiversidade".

Segundo parecer:

O segundo parecer resulta de uma nova reunião entre as duas equipas, tida a 25 de outubro de 2022. Foi apresentado pela equipa de avaliação interna os resultados de um inquérito aos parceiros do projeto. Dos potenciais 14 respondentes, apenas 57,1% (8 parceiros) colaborou no preenchimento do inquérito.

De novo, em jeito de assunção de compromissos e divisão do trabalho entre equipa de avaliação interna e equipa de avaliação externa que centrará, como acordado, o seu foco nos resultados, vimos sugerir:

A. Cada atividade dê origem a um pequeno relatório com informação nuclear (síntese das atividades e dos seus objetivos, público-alvo, participantes efetivos, duração, data, entidades e técnicos responsáveis, pontos fortes e fracos, sugestões/reflexões).
    a. Salienta-se neste ponto a importância de se (re)categorizar as respostas obtidas nos inquéritos - principalmente as relativas às sugestões de melhoria - de acordo com o seu conteúdo tendo em conta

a dimensão de análise em que teórica e empiricamente adquirem sentido.

B. Todas as atividades, tal como acordado em reuniões anteriores, devem ser avaliadas e destas avaliações devem ser tiradas ilações para as atividades seguintes: "Cada vez mais se reconhece que as avaliações *ex-post e* de impacte de certos tipos de intervenções de desenvolvimento centradas nas populações são muito difíceis de realizar se o sistema de acompanhamento não tiver recolhido os dados de base necessários. Reconhece-se também, de forma crescente, o valor das avaliações participativas que combinam as competências e os pontos de vista de todos os envolvidos nas intervenções a avaliar" (Equipa K'CIDADE, 2007, p.18). Fazemos notar que estes relatórios da equipa de avaliação interna são matéria- prima para a equipa de avaliação externa que não desenvolveu qualquer processo de avaliação *on-going* das atividades de intervenção do MAIs.
C. Para cada uma das suas atividades avaliativas, a equipa de avaliação interna deve:
    a. Identificar os respondentes potenciais e efetivos, refletindo sobre as taxas de respostas;
    b. Usar nos relatórios, para além de números relativos, números absolutos;
D. Um dos aspetos para reflexão que nos parece estar em falha na discussão do relatório apresentado é o lugar do parceiro norueguês Ruralis. Internamente, está prevista alguma atividade de avaliação com esta organização? Gostávamos de propor uma autoavaliação qualitativa da parceria com a Ruralis a partir de quem com eles tem estado em relação: uma síntese reflexiva
E. Finalmente, pedimos para irem atualizando o cronograma para estarmos sincronizadas com os desenvolvimentos quer da fase 2 (desenho dos instrumentos de intervenção, que nos parece continuar em marcha), quer da fase 3 (intervenção) do projeto, identificando sempre a que faz corresponder cada atividade desenvolvida.

Anexo 4 - Guião da entrevista coletiva com a equipa do projeto MAIs

A. CARACTERIZAÇÃO DOS INTERVENIENTES [Usar Ficha de Caracterização]

1. Apresentação (nome, idade, grau e área de formação, profissão e vínculo institucional, papel no projeto MAIs, local/região de residência)

B. O ARRANQUE: AVALIAÇÃO INDIVIDUAL DO PROJETO [Usar imagem/objeto]

1. "O que significa para mim este projeto?" A partir da imagem/objeto que cada um trouxe para o GF, o que significou para si este projeto? [fazer uma ronda para partilhar imagens/objetos e significados verbalizados]

C. CONCEÇÃO DO PROJETO MAIs

1. Participaram na conceção do MAIs? Se sim, com que função? E em que fases?
2. Como surgiu a ideia de participar no projeto?

D. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MAIs [até ao momento presente]

1. Como tem sido a implementação do projeto?
    1.1. O que correu bem no projeto? Porquê?
    1.2. O que correu menos bem no projeto? Porquê?
2. Como é que esses desafios poderiam ter sido/poderão ser superados?

E. AVALIAÇÃO DO PROJETO MAIs [até ao momento presente]

1. Parece-vos que:
    1.1. As ações previstas foram realizadas? [Quais as não realizadas?]
    1.2. Os objetivos do projeto foram cumpridos? [Quais os não cumpridos?]
    1.3. Os resultados foram atingidos? [Quais os não atingidos?]
    1.4. O orçamento tem sido adequado?
    1.5. A parceria funcionou bem?
    1.6. A divulgação/disseminação do projeto decorreu da melhor forma?
2. "Sobre os Roteiros/Região" - como avaliam cada um dos roteiros em particular (pontos fortes e fracos)? E como avaliam a articulação que foi sendo feita entre eles ao longo do projeto?
3. Constataram mudanças nas mulheres (beneficiárias do projeto)? De que tipo? Se sim, o que acham que tem sido mais transformador? Se não constataram, como o interpretam?

4. E houve mudanças e/ou aprendizagens da Vossa parte (técnicos envolvidos - beneficiários do projeto)? O que aprenderam? O que levam para a Vossa organização?
5. Qual o impacto que o Projeto MAIs teve nas organizações a que pertencem? Que sugestões gerais de melhoria do projeto gostariam de partilhar?

F. FUTURO DO PROJETO MAIs

1. Acham que o projeto tem capacidade de ser replicado noutros contextos?

    1.1. Se sim, porquê? Que linhas de ação propõem?

    1.2. Se não, porquê? Que outro tipo de problemáticas e/ou metodologias devem ser alvo de intervenção em contextos rurais?

2. Se o projeto continuasse, quais seriam as vossas propostas de intervenção mais imediatas?

G. O FECHO - Agradecimento e breve síntese das principais notas da entrevista coletiva; caso se justifique, recolha dos consentimentos informados e fichas de caracterização.

Anexo 5 – Guião das entrevistas individuais com as coordenadoras do projeto MAIs

A. CARACTERIZAÇÃO DO ENTREVISTADO [Usar Ficha de Caracterização na Q.1]

1. Apresentação (nome, idade, grau e área de formação, profissão e vínculo institucional, local/região de residência)
2. Qual foi o seu papel no projeto MAIs (papel previsto na candidatura; papel efetivo ao longo do projeto)?

B. CONCEÇÃO DO PROJETO MAIs

1. Como decidiram submeter o projeto: quais as razões, interesses, motivações, trabalho anterior da parceria?
2. Conceção do projeto:

   2.1. Linhas orientadoras: território e sector. Houve um diagnóstico de base territorial e sectorial? Se sim, quais foram os aspetos centrais desse diagnóstico?

   2.2. Pressupostos filosóficos inerentes e enquadramento teórico: quais são? Qual a sua relevância?

   2.3. Desenho geral: como foi idealizado? Por quem? Quem participou dos parceiros?

   2.4. Parcerias: na candidatura quantos parceiros tem o projeto? Existem outros parceiros que, informalmente, participam com regularidade? Como foram escolhidos os parceiros (com que critérios)? Quais os seus diferentes papéis?

   2.5. Relevância: o projeto é relevante face a problemas ou face a oportunidades diagnosticadas ou face a ambos? Como?

   2.6. Orçamento: como foi decidido e negociado?

   2.7. Outros recursos (para além dos financeiros e humanos já referidos): quais e como foram decididos e negociados? Como são alocados a cada momento?

C. IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO MAIs [até ao momento presente]

1. Como tem corrido a implementação do projeto?

   1.1. O que correu bem no projeto? Porquê?

   1.2. O que correu menos bem no projeto? Porquê?
2. Como é que esses desafios poderiam ter sido/poderão ser superados?

D. AVALIAÇÃO DO PROJETO MAIs [até ao momento presente]

1. As ações previstas foram realizadas? [Quais as não realizadas?]
2. Os objetivos do projeto foram cumpridos? [Quais os não cumpridos?]
3. E os resultados foram atingidos? [Quais os não atingidos?]
4. O orçamento tem sido adequado? Se não, porquê?
5. Como funcionou a parceria? Quais os principais disfuncionamentos? Quais as vantagens? E as principais limitações? Sugestões de melhoria?
6. Divulgação/disseminação do projeto: sabemos que é uma dimensão menos bem conseguida de acordo com a última auditoria. Concorda com esta apreciação? O que falhou? Sugestões de melhoria?
7. Quais as principais dificuldades?
8. Teve oportunidade de constatar mudanças nas mulheres e técnicos envolvidos (beneficiários do projeto)? De que tipo? Se não constatou, como o interpreta?
9. No futuro, o que se pode fazer melhor?

E. FUTURO DO PROJETO MAIs

1. Acha que o projeto tem capacidade de ser replicado noutros contextos?

    1.1. Se sim, porquê? Que linhas de ação propõe? E existe esse interesse? Por parte de quem?

    1.2. Se não, porquê? Que outro tipo de problemáticas e/ou metodologias devem ser alvo de intervenção em contextos rurais?
2. Em síntese, que condições identifica como necessárias para a sua replicabilidade?

F. APRENDIZAGEM COM O PROJETO

1. O que aprendeu com o projeto?
2. Lições e aprendizagens para a organização a que pertence: quais?

Anexo 6 – Guião da entrevista coletiva com técnicos e outros atores locais – "Roda do Futuro"

A. APRESENTAÇÃO INICIAL [Usar ficha de caracterização na Q.2]

1. Apresentação dos objetivos da sessão e da equipa
2. Consentimento informado e apresentação das participantes

B. DISCURSOS SOBRE IGUALDADE DE GÉNERO E A FORMAÇÃO DA UMAR [25 min.]

1. O que vos motivou a participar na ação de formação?
2. O que aprenderam com esta formação?
3. O que levam para a vossa organização/território?
4. Desenvolvem ou já desenvolveram algum tipo de ação nas áreas de atuação do Projeto MAIs: (des)igualdade de género e agricultura familiar, valorização das mulheres agricultoras…?

    4.1. quem fez, quais foram, que ação(ões)? Consideram relevante continuar a trabalhar nesse sentido? Porquê?

    4.2. Se não fizeram, porquê? E consideram agora relevante implementar algum projeto sobre as temáticas abordadas?

C. DISCURSOS SOBRE O PROJETO MAIs [25 min.]

1. Já conheciam ou tinham ouvido falar sobre o Projeto MAIs (antes desta formação)?

    1.1. Se sim, como? Através de quem ou de que meios?

2. A partir do que agora conhecem sobre o Projeto MAIs:

    2.1. Como avaliam a relevância do projeto no território?

    2.2. Que pontos fortes evidenciam? E problemas/pontos fracos?

3. Pensando na replicabilidade do projeto:

    3.1. Acham que o projeto deve ser replicado noutras áreas e contextos? Porquê?

    3.2. Gostariam de participar na implementação desse projeto? Com que papel e recursos?

    3.3. Que outros parceiros consideram que deviam ser envolvidos? Porquê?

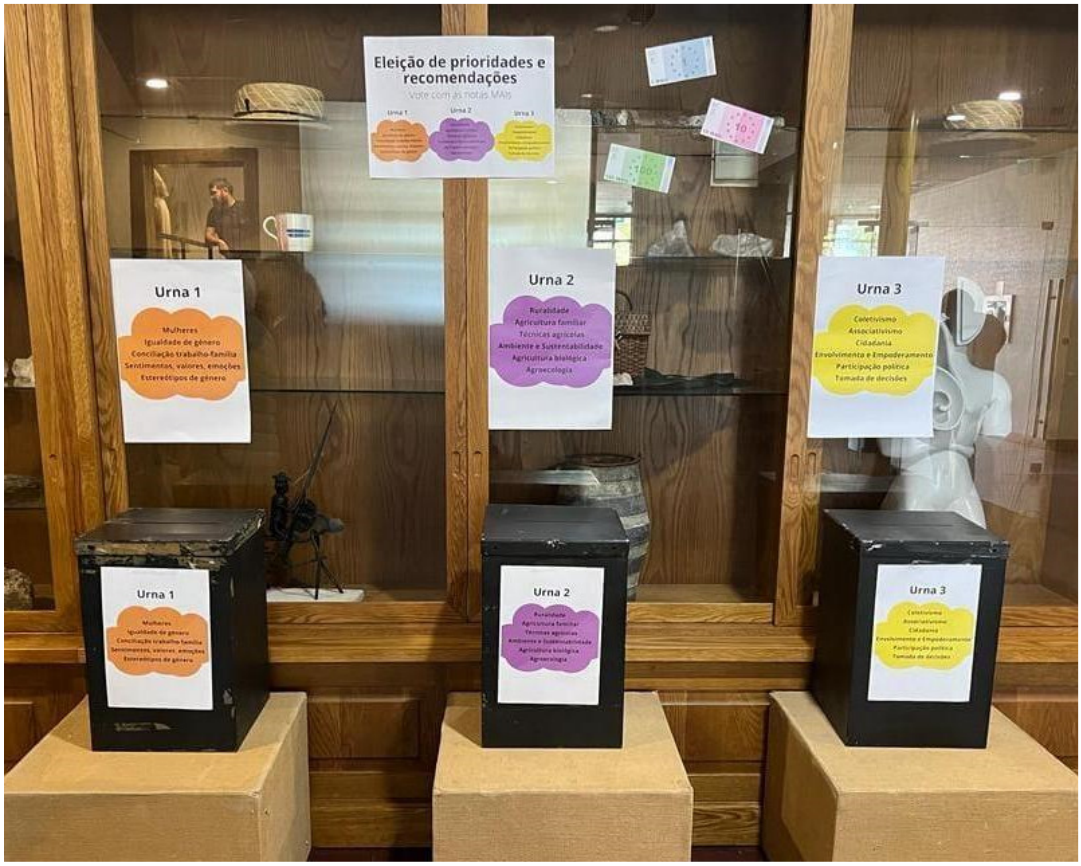
3.4. Quais os constrangimentos e obstáculos admitem poder existir à vossa participação?

3.5. Que outras necessidades de atuação mais imediatas e/ou especificidades identificam nos vossos territórios?

D. O FECHO

1. Que outras recomendações/sugestões/questões gostariam de partilhar connosco?
2. Agradecimento e breve síntese das principais notas da entrevista coletiva

Anexo 7 – Dinâmica de eleição de prioridades para recomendações no Seminário Final do projeto MAIs

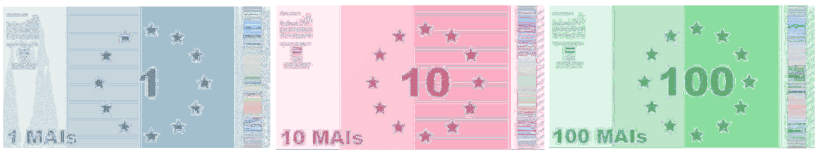


Sabugal, 21 de Abril de 2023

Adaptado de Pereira (2017)

Resultados da votação:

- Urna 1: 1789 MAIs
- Urna 2: 1701 MAIs
- Urna 3: 1393 MAIs



Anexo 8 – Guião da conversa com as mulheres (inicialmente uma oficina participativa)

A. APRESENTAÇÃO

1. Apresentação da equipa do IS-UP
2. Apresentação das mulheres: nome, idade, local/região de residência/trabalho, grau de formação, profissão → registar na grelha de caracterização/lista de presenças

B. STORYBOARD (adaptado de Ferreira & Almeida, 2016)

Construção de uma história coletiva sobre o projeto MAIS.

Faz-se um brainstorming / uma conversa a partir do seguinte:

Agora que o projeto está quase a acabar,

* o que mudou na vossa vida com o projeto?

* como é que o projeto influenciou a vossa vida?

NA CASA

NO TRABALHO / NO TRABALHO NO CAMPO

NA TERRA / NA LOCALIDADE

COM OS VIZINHOS

À SEMANA

AO FIM DE SEMANA

Cada uma das mulheres escolhe para cada palavra/tema acima indicado uma imagem (ver imagens recolhidas) ou, se preferir, fala sobre.

Recolhe-se o que cada mulher diz e cruza-se a conversa no grupo.

Nesta conversa, o facilitador retém estas 2 questões:

1. O que aprendi com o projeto?
2. Como me senti no projeto?

C. WORLD CAFÉ (adaptado de Ferreira & Almeida, 2016)

Conversa dinâmica e informal sobre o futuro (os desejos, planos, oportunidades e sugestões), enquanto há um pequeno lanche, organizada em grupo único ou em dois grupos que depois trocam de mesa (a decidir de acordo com o n.º de mulheres):

Mesa I - Recomendações sobre mulheres, igualdade de género, conciliação trabalho-família; sentimentos, valores, emoções; estereótipos de género.

Mesa II - Recomendações sobre ruralidade, agricultura familiar, técnicas agrícolas, ambiente e sustentabilidade, agricultura biológica, agroecologia.

Mesa III – Recomendações sobre associativismo, coletivismo, cidadania, envolvimento e empoderamento, participação política, tomada de decisões.

Para cada Mesa, pergunta-se às mulheres:

1. Que problemas continuam a existir aqui?
2. Como se resolvem?
3. E vocês o que vão fazer agora?

Anexo 9 – Grelha de análise categorial de conteúdo

Fases do projeto em sede de candidatura	**Categorias**	**Sub-categorias**
A1. & A2. Diagnóstico: levantamento e recolha de dados no terreno & Construção e validação de instrumentos de intervenção	Construção da candidatura	Coerência externa
		Regiões
		Fraquezas
	Diagnóstico	Metodologia e pertinência das operações de pesquisa
	Construção dos roteiros	Coerência interna
		Pertinência
A3. Intervenção para a capacitação e empoderamento	Metodologia (TDM)	Forças
		Fraquezas
	Recursos/Orçamento	Eficiência
		Equidade
	Atividades de intervenção	Eficácia
		Fraquezas, ameaças e dificuldades

de todas as mulheres agricultoras	Objetivos	Forças e oportunidades
	Equipa/Parcerias	Forças
		Fraquezas
	Parceria de investigação - IPV, NOVA, CNA, OIKOS, UMAR	Aprendizagem
		Impacte organizacional (mudanças nas pessoas e nas organizações)
		Empoderamento – mulheres agricultoras
	Parceria local - Câmaras municipais, ABRE	Participação e envolvimento
		Empoderamento – técnicos/as e outros atores locais
		Impacte organizacional (mudanças nas pessoas e nas organizações)
	Parceria internacional - Ruralis	Oportunidades
		Ameaças
A4. Medição do impacto da intervenção e da sustentabilidade do projeto	Recomendações	Intervenção em contexto rural; projetos semelhantes; associativismo/participação/empoderamento
		Agricultura; agricultura familiar; agroecologia

		Igualdade de género
	Replicabilidade do projeto	Potencialidades
		Limites
A5. Disseminação e divulgação do projeto e resultados	Comunicação Interna	Entre as subequipas
	Comunicação Externa	Reconhecimento do projeto e partilha de resultados
		Divulgação - criação de website; utilização de redes sociais e meios de comunicação social